



Investigando a violência policial na França

INDEX conversa com:

Allan Deneuve

*Professor de Ciências da Informação e da Comunicação na Universidade
Montaigne de Bordéus - Vice-presidente de Relações Internacionais do
SFSIC*

Gala Hernández López

*Artista-investigadora e cineasta. O seu trabalho articula a investigação
interdisciplinar com a produção de filmes-ensaio, instalações vídeo e
performances sobre os novos modos de subjetivação especificamente
produzidos pelo capitalismo digital computacional.*

Tradução de Paula Menezes



Alain Deneuille & Gala Hernández López: Para começar, gostaríamos de perguntar sobre o nome INDEX.

INDEX: Index é uma agência especializada independente. Trata-se é um projeto híbrido cujo âmbito de atuação e as modalidades de intervenção pública evoluem ao longo da nossa experiência. O nome vem da contração de “*independent expertise*”, mas é também a raiz latina da palavra índice, que se refere ao paradigma indiciário de Carlo Ginsburg¹. Através deste nome, optamos por nos reapropriar da noção de expertise, que hoje desempenha um papel fundamental na produção e negociação de uma verdade pública, bem como na distribuição do direito de falar e de ter autoridade. A noção de expertise, tal como é utilizada e praticada hoje, tende a ser reduzida a uma questão de status. Procuramos, por um lado, regressar à etimologia da palavra “expertise”, ou seja, aquele que tem experiência, que está comprovado numa determinada área. Por outro lado, tentamos reafirmar que a expertise não é uma questão de posição num tabuleiro de xadrez de autoridade, mas que o seu valor de verdade deve ser intrínseco ao seu conteúdo; para verificá-lo, é necessário um contra-olhar. Obviamente, falamos do domínio específico das investigações sobre a violência estatal, um domínio em que a prática da expertise é muitas vezes equivocada. Através do nosso trabalho, temos sido confrontados com relatórios de peritos cujo valor científico é muito questionável. Esta forma de expertise contribui para um mecanismo de negação da violência, ou mesmo para a sua legitimação. Constatando o papel preponderante, no plano político e judicial, do discurso da expertise hoje, concluímos que em vez de simplesmente refutá-lo pela sua postura hierárquica, era necessário reinvestir o terreno, ocupar o espaço do ponto de vista da sociedade civil, a fim de exercer um contrapoder eficaz.

A. D. & G. H. L.: Você falou sobre sua relação com a noção de expertise, você pode fazer o mesmo com a noção de independência?

¹ Carlo Ginzburg, « Signes, Traces, Pistes – Racines d’un paradigme de l’indice », *Le Débat*, Paris, Gallimard, 1980, n° 6, p. 3-44.

INDEX: O escopo de nossas investigações está limitado a casos de violência estatal. Nesta área, as instituições oficialmente responsáveis pelo controle do uso da força pelo Estado carecem de independência do mesmo. É por isso que é necessário criar contrapoderes desde a sociedade civil. Dito isto, o Estado está longe de ser um monólito, como por vezes tendemos a representá-lo. Desde que desenvolvemos a nossa atividade, temos notado até que ponto o Estado é uma estrutura heterogênea. Nele encontramos instituições em tensão entre si, algumas capazes de apoiar uma abordagem como a nossa, que consideramos ser do interesse público. Por exemplo, fomos recentemente convidados a intervir como peritos independentes por um juiz de instrução, apesar de não estarmos registados como peritos num tribunal de recurso. Neste contexto, o nosso trabalho foi remunerado pelo Estado através do Ministério da Justiça. Inicialmente, ficamos surpreendidos com este pedido, mas em vez de o recusarmos por nossos a priori ideológicos, decidimos tomar este tipo de decisões caso a caso. O juiz de instrução faz uma pergunta que define o âmbito da missão confiada ao perito. O especialista é obrigado a responder a esta questão sem se desviar do quadro. No caso que nos foi apresentado, a questão colocada foi aberta e permitiu-nos intervir de forma construtiva para a manifestação da verdade nesta matéria. Decidimos, portanto, aceitar esta missão de expertise: embora não controlemos a forma como o nosso trabalho será utilizado no processo judicial, parece-nos importante tentar intervir nele, porque é uma das formas através das quais se constrói a verdade pública.

Também buscamos nossa independência multiplicando os marcos e formatos de publicação de nossos trabalhos. Procuramos também trabalhar com múltiplos meios de comunicação e organizações, para não depender de ninguém: nem do ponto de vista financeiro, nem do ponto de vista editorial. É através da experiência concreta que gradualmente definimos a nossa abordagem. Neste momento, estamos a rever os estatutos da associação, fazendo um balanço das nossas primeiras experiências de investigação: primeiro no domínio público em colaboração com diferentes meios de comunicação, depois no domínio judicial como peritos mandatados por uma das partes, finalmente como peritos mandatados diretamente por um juiz de instrução. Estamos

neste momento a avaliar as vantagens e desvantagens destas experiências, para definir com maior precisão a posição que melhor nos permitirá combinar independência e impacto concreto. É uma posição necessariamente dinâmica, circunstancial e contextual.

A. D. & G. H. L.: Quais são as suas ligações com o coletivo britânico *Forensic Architecture** e que especificidades surgem das suas raízes territoriais em França?

INDEX: A incubação do projeto INDEX ocorreu dentro da *Forensic Architecture* e faz parte de sua continuidade direta. As primeiras investigações sobre casos de violência policial em França em que participaram membros do INDEX, sobre os casos Adama Traoré e Zineb Redouane, foram produzidas e publicadas dentro da *Forensic Architecture*. Vendo que estas investigações suscitaram um certo interesse público, pareceu-nos oportuno criar uma estrutura dedicada para continuar este trabalho em torno do grande número de casos de violência policial em França. Uma especificidade da violência estatal reside no fato de a violência não para com os atos, mas na maioria das vezes continua na negação dos mesmos. A luta contra a impunidade passa então por parar os mecanismos de negação e invisibilização. Os rigorosos métodos de análise e reconstituição desenvolvidos pela *Forensic Architecture* podem ser usados para reformular, para reenquadrar o debate público em torno da violência policial, permitindo a existência de certas contra-narrativas para além do simples discurso militante que, infelizmente, é facilmente excluído da esfera pública. Além disso, a nossa ancoragem no contexto francês permite-nos manter ligações com um número significativo de atores mobilizados na questão da violência estatal. E em troca, ligar a nossa ação ao movimento de contestação ao status quo que está em curso.

A lacuna que tentamos preencher é a do acesso a uma expertise verdadeiramente independentes, especialmente nas questões levantadas por casos de violência estatal: balística, reconstituições, etc. Muitas vezes, são os especialistas dos círculos policiais que são chamados a comentar tais questões, o que levanta a questão da sua imparcialidade. Os caminhos para estabelecer uma contra-perícia independente nestes casos ainda são muito limitados. Ficamos surpresos com a quantidade de solicitações que recebemos após a publicação de nossas primeiras pesquisas. No momento, à nossa escala, não somos

capazes de responder a todos estes pedidos, mas isso nos encoraja a tentar divulgar as nossas ferramentas e métodos o mais amplamente possível no seio da sociedade civil.

Os comitês “Verdade e Justiça” são para nós uma importante fonte de reflexão e inspiração. A sua mobilização está no centro das questões políticas mais fundamentais da atualidade. Ao reivindicar o direito à verdade e à justiça, estas lutas também realçam a tensão que existe entre os dois termos. As vítimas da violência estatal, as suas famílias ou entes queridos, raramente obtêm uma decisão judicial das instituições judiciais que reconheça publicamente os danos que sofreram. Entretanto, sua determinação em expor a verdade, em desafiar o monopólio do Estado sobre o discurso verídico no domínio público, também permite apontar as falhas e preconceitos dessas mesmas instituições. Nestes casos, as palavras das vítimas ou testemunhas são muitas vezes ignoradas e as investigações muitas vezes fracassadas. O nosso trabalho de investigação sobre casos de violência estatal centra-se no estabelecimento de provas através de uma abordagem objetiva e rigorosa, para que seja mais difícil para as instituições responsáveis fecharem os olhos.

A. D. & G. H. L.: Suas investigações, publicadas em formato de vídeo, utilizam modelagem digital 3D. Poderíamos dizer: “São imagens de síntese, portanto são interpretação e não representação da “verdade””. Como você defende seus métodos?

INDEX: Nenhum dispositivo é neutro, ele tem predisposição para influenciar o discurso ou o conteúdo que produz. As críticas em torno da parcialidade da modelagem 3D geralmente vêm de profissionais da área jurídica que se sentem incomodados com o surgimento desse tipo de ferramenta no sistema jurídico. É interessante retribuir as críticas a eles. A lei está intrinsecamente ligada ao dispositivo textual. Existe menos parcialidade no dispositivo textual do que num dispositivo visual tridimensional como o nosso, que se baseia na documentação fotográfica de acontecimentos? Vemos nos procedimentos o papel muito importante dos vieses cognitivos e sociais. Os relatórios de síntese produzidos em processos judiciais são relatórios escritos, baseados em audiências, por exemplo, nos quais as informações de uma investigação são reduzidas aos elementos mais importantes. Qual o papel que a interpretação dos autores acaba desempenhando

nesses relatos? Se partirmos do princípio de que nenhum dispositivo é neutro, a questão é: como podemos abordar uma verdade factual colocando em perspectiva vários dispositivos de reconstrução de uma narrativa?

Além disso, acreditamos que o nosso trabalho se enquadra na chamada investigação “*open source*” – e isto mesmo que não trabalhem apenas com documentos recolhidos online – no sentido de que não só publicamos as nossas conclusões, mas também as etapas da nossa análise e as ferramentas que utilizamos: nossos documentos de trabalho, nossas sequências de sincronização, nossos modelos 3D, etc. Esforçamo-nos por abrir ao máximo as nossas fontes e disponibilizá-las ao público, para que os nossos argumentos possam ser relidos, verificados ou mesmo contrariados – como exige a abordagem científica. Isto marca um certo contraste com a investigação judicial tradicional, que decorre em segredo, longe da vista do público.

A. D. & G. H. L.: Você fala muito em revelar a verdade, dando a entender que ela já existe e que o trabalho do pesquisador seria mostrá-la. Isto se opõe a uma visão construtivista segundo a qual não existe verdade, mas apenas uma construção dela através de narrativas. O interessante é que você usa ambos, falando tanto de “desvelar a verdade”, mas também de “narrativa da verdade”.

INDEX: Quando falamos de “verdade”, devemos primeiro especificar a que ordem de verdade nos referimos. Hannah Arendt, em *Verdade e Política*, faz a distinção entre verdade de fato e verdade de razão. As verdades dos fatos são verificáveis por experiências tangíveis; estas são essencialmente verdades de fato que procuramos e nos esforçamos por expor no nosso trabalho. As verdades de razão são proposições que não são diretamente verificáveis, mas cuja veracidade depende de um consenso dentro de uma comunidade – social, política ou religiosa. Por exemplo, uma frase como “o papel da polícia é proteger os cidadãos”, muitas vezes repetida pelos nossos líderes, só pode reivindicar o estatuto de verdade da razão – e mais precisamente, razão de Estado. Em debates politicamente sensíveis, como o que envolve o uso da violência por parte do Estado, as verdades de fato penam para emergir na esfera pública quando contradizem as verdades da razão que estruturam a ordem social. A nossa abordagem consiste em dar peso à verdade dos fatos,

apresentando-a através de demonstrações rigorosas. Qualquer verdade pública é fruto de um processo de construção e negociação, em que múltiplos interesses se opõem, inclusive os dos poderes constituídos. Recordamos que o primeiro trabalho da *Forensic Architecture* se intitulava “Forensis: The architecture of public truth”, evidenciando assim a dimensão construtiva de uma abordagem que visa tornar públicas as verdades.

A.D.&G.H.L.: A exposição de arte e o White Cube**, isso interessa à INDEX? Essa é uma questão que vocês têm debatido dentro da agência – a questão estética, plástica das formas que vocês produzem?

INDEX: Produzir exposições não é uma questão premente no momento, embora tenhamos recebido algumas propostas. No momento, decidimos utilizar a conferência como uma forma de apresentação. Nosso trabalho só faz sentido na sua relação com o contexto em que ocorreram os atos de violência que investigamos. Se quiséssemos participar ou produzir uma exposição, o enquadramento teria de nos permitir estar em contato com esse mesmo contexto. Nem sempre é o caso. A experiência da *Forensic Architecture* também nos ensinou o risco do continente se tornar determinante em relação ao conteúdo exposto; um risco de neutralização política do trabalho apresentado devido à sua discrepância num fórum artístico que a possa recodificar como objeto de consumo estético.

Além disso, o interesse do mundo da arte pelas investigações e práticas forenses também esbarra nos limites do que pode ser dito ou mostrado num museu ou galeria. Tendemos a ver o mundo da arte como um espaço de liberdade. Mas é mais fácil que as investigações sobre violações dos direitos humanos sejam expostas numa instituição cultural quando essas violações acontecem num país distante; é menos quando se trata de expor assuntos locais.

A. D. & G. H. L.: Como o que você implementou pode retornar ao público para que ele possa realizar investigações? Como você cria ferramentas educacionais? Como você garante que a expertise seja democrática?

INDEX: Hoje existem numerosos exemplos de inteligência e vigilância coletiva que superam a oposição entre expertise e multidão. A mais comum é a Wikipédia, cujo sistema coletivo e descentralizado permite atingir níveis de precisão discursiva superiores aos das enciclopédias tradicionais escritas por um número limitado de especialistas. Ao nosso nível, estamos conscientes de que a escala do problema que enfrentamos está muito além da nossa capacidade; mas em vez de crescermos nós mesmos, acreditamos que é mais estratégico dispersar, para que as iniciativas de investigação e perícia independente se multipliquem na sociedade civil. Paralelamente à nossa produção de inquéritos, realizamos uma atividade de divulgação das nossas ferramentas e técnicas, bem como de apoio a iniciativas semelhantes. O nosso horizonte a longo prazo seria contribuir para o surgimento de uma multiplicidade de estruturas de contra-investigação, em vez de uma única grande estrutura centralizada. Acabamos de lançar um programa de treinamento online apresentando nossas técnicas: análise e sincronização de vídeo, modelagem 3D a partir de imagens. O contexto atual é o do desenvolvimento galopante da OSINT^{***}, uma prática que assenta sobretudo em comunidades online que se organizam de forma descentralizada para produzir investigações coletivas. Isto é encorajador para o futuro; num contexto global de crise da verdade, assistimos, no entanto, à emergência daquilo que poderia constituir um novo tipo de “instituição” garantidora da verdade, que desta vez seria coletiva e difusa.

Notas do tradutor:

* Coletivo de arquitetos, artistas, acadêmicos, advogados e jornalistas fundado em 2010 e sediado na Goldsmiths University, em Londres

** A Forensic Architecture participa de inúmeras exposições em museus do mundo. Conferir em <https://forensic-architecture.org/programme/exhibitions>

*** Acrônimo para *Open source Intelligence*